



Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista de Controle
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Perspectiva de Montesquieu

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
 - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
 - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
 - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
 - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
 - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
 - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
-
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
-
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
-
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
-
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
-
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
 - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
 - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
 - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
 - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
 - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
 - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
 - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
 - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
 - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
 - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
 - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
 - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
 - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
 - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
 - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
 - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
 - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
 - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
 - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
 - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
 - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
 - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
-
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
 - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
 - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
 - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
 - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
-
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
 - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
 - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
 - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
 - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
-
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
 - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
 - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
 - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
-
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
 - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
 - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
 - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
 - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
 - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
 - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
-
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
 - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
 - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
 - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
 - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
-

Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
 - (B) primo.
 - (C) divisível por 3.
 - (D) múltiplo de 4.
 - (E) quadrado perfeito.
-
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
 - (B) 38%.
 - (C) 52%.
 - (D) 68%.
 - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
 - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
 - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
 - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
 - (B) não é competente, então ele é violento.
 - (C) é violento, então ele não tem esperanças.
 - (D) não é prudente, então ele é violento.
 - (E) não é violento, então ele não é competente.
-
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
 - (B) 53 minutos.
 - (C) 50 minutos.
 - (D) 45 minutos.
 - (E) 42 minutos.

Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
 - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
 - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
 - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
 - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
-
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
 - (B) o cumprimento de metas.
 - (C) editais de licitação por ela elaborados.
 - (D) a proposta orçamentária.
 - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

-
31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
 - (B) cinco Conselheiros.
 - (C) sete Conselheiros.
 - (D) nove Conselheiros.
 - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
 - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
 - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
 - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
 - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
-
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
 - (B) responsabilidade subsidiária.
 - (C) responsabilidade solidária.
 - (D) exoneração.
 - (E) suspensão.
-
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
 - (B) título executivo.
 - (C) precatório.
 - (D) sentença normativa.
 - (E) título judicial.
-
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
-
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
 - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
 - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
-
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
 - (B) partido político.
 - (C) qualquer associação.
 - (D) sindicato.
 - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.



38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
 - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
 - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
 - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
 - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
 - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
 - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
 - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
 - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
-
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
 - (B) análise de risco.
 - (C) estudo de caso.
 - (D) evidenciação.
 - (E) seleção de programa de trabalho.
-
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
 - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
 - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
 - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
 - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
-
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
 - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
 - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
 - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
 - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
-
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
 - (B) sem especificações.
 - (C) extroverso.
 - (D) finalístico.
 - (E) sem ressalva.
-
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
 - (B) prudência.
 - (C) razoabilidade.
 - (D) oportunidade.
 - (E) competência.



Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

51. Os 14 princípios gerais de administração sugeridos por Fayol, e que ainda são considerados pela maioria dos administradores, têm, entre eles, um que determina que os trabalhadores nas organizações deveriam receber ordens de um “gerente” somente, para evitar conflitos e mal-entendidos. Esse princípio é o da
- (A) unidade de comando.
 - (B) divisão do trabalho.
 - (C) centralização.
 - (D) cadeia escalar.
 - (E) equidade.
-
52. Como consequência de um trabalho de quase uma década, Mayo e seus seguidores lançaram as bases de uma nova filosofia de administração chamada Relações Humanas, cujos pontos principais são: sistema social; relações com o grupo; supervisor de primeira linha tem papel intermediário e
- (A) tipo ideal de burocracia.
 - (B) eficácia e eficiência.
 - (C) influência do ambiente externo.
 - (D) trabalho em equipe.
 - (E) racionalização do trabalho.
-
53. Na teoria da Contingência, as características ambientais funcionam como
- (A) características organizacionais.
 - (B) interação entre si.
 - (C) variáveis independentes.
 - (D) variáveis dependentes.
 - (E) sistema aberto.
-
54. Para Peter Senge há cinco disciplinas para a organização de aprendizagem. A visão compartilhada é uma disciplina
- (A) individual.
 - (B) coletiva.
 - (C) de interação grupal.
 - (D) de reflexão.
 - (E) de aspiração.
-
55. Fazer que algo aconteça do modo como foi planejado é a definição de
- (A) organizar.
 - (B) coordenar.
 - (C) prospectar estrategicamente.
 - (D) controlar.
 - (E) motivar.
-
56. De acordo com um estudo amplamente referenciado, de Henry Mintzberg, os gerentes cumprem três papéis principais: interpessoais, informacionais e decisórios, descrevendo e discutindo sobre os papéis gerenciais.
- Ser responsável pela motivação e atuação dos funcionários, responsável pela assessoria, treinamento e deveres associados é função
- (A) do chefe.
 - (B) de ligação.
 - (C) do empreendedor.
 - (D) do negociador.
 - (E) do líder.



57. O conceito de cultura organizacional é composto de três dimensões: material, psicossocial e

- (A) técnica.
- (B) ideológica.
- (C) conceitual.
- (D) sinergia.
- (E) de papéis.

58. Segundo Pagès, Bonnetti e De Gaujelac, o poder é analisado sob as seguintes óticas:

- I. Na perspectiva marxista.
- II. No nível psicanalítico.
- III. Como um fenômeno político.
- IV. No nível ideológico.
- V. Na ação comunicativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e V, apenas.
- (B) III, IV e V, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

59. *Introduz transformações na personalidade dos seus participantes que levam à rigidez, às dificuldades no atendimento aos clientes e à ineficiência, transformações essas responsáveis pelo que chama de disfunções ou consequências imprevistas.*

Na frase acima Merton está se referindo à estrutura

- (A) burocrática.
- (B) de cooptação.
- (C) coercitiva.
- (D) ideológica.
- (E) moderna.

60. Em gestão estratégica, a escola segundo a qual as estratégias são genéricas e existem, a *priori*, claramente definidas é a

- (A) cognitiva.
- (B) do *design*.
- (C) ambiental.
- (D) empreendedora.
- (E) do posicionamento.



61. Considere a matriz de crescimento – participação, do BCG, constante da figura abaixo. Entende-se que existe uma sequência desejável entre os quadrantes.

		PARTICIPAÇÃO DE MERCADO ATUAL NO NEGÓCIO	
POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO NEGÓCIO		ESTRELA (1)	CRIANÇA PROBLEMA (2)
		VACA LEITEIRA (3)	CÃO (4)

Considerando Henderson, Mintsberg e outros, a sequência de crescimento seguro é

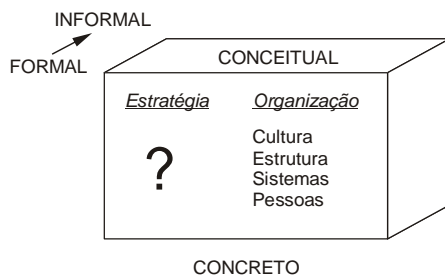
- (A) 1-2-3-4.
 (B) 2-1-3-1.
 (C) 1-3-4-1.
 (D) 4-1-3-4.
 (E) 1-2-4-1.
-
62. Cada organização pertence a um estágio particular de seu mercado ou ambiente global. Análise setorial é uma ferramenta para avaliar a rentabilidade desse estágio ao considerar
- (A) os produtos substitutivos que ameaçam as organizações.
 (B) os recursos disponíveis que as empresas procuram.
 (C) os valores intrínsecos à tecnologia.
 (D) a tecnologia que as empresas utilizam.
 (E) o ambiente em que as organizações competem.
-
63. *Uma estratégia que se confunde com uma série de outras e que surgiu mais recentemente visando compor novas frentes no mundo empresarial e organizacional. Há diversos tipos dessa estratégia, entre eles a Franquia e a Terceirização. Trata-se da*
- (A) parceria.
 (B) internacionalização.
 (C) inovação.
 (D) diversificação.
 (E) concentração.
-
64. Segundo Carvalho (2002) e Oliveiras (2001), citando apenas dois autores, o modelo esquemático para elaboração de planejamento estratégico pressupõe cinco fases. A análise Matriz SWOT está na fase denominada
- (A) diagnóstico estratégico.
 (B) direcionamento estratégico.
 (C) formulação de estratégias.
 (D) implementação de estratégias.
 (E) avaliação e controle.



65. O ecossistema de gerenciamento de projetos está inserido em um contexto mais amplo, regido pelo gerenciamento de programas e de
- (A) competências.
 - (B) atividades.
 - (C) processos.
 - (D) propostas.
 - (E) portfólios.

66. Uma vantagem natural de muitas boas estratégias vem da percepção de novas fontes de pontos fortes e fracos. O fato de olhar para as coisas a partir de uma perspectiva nova ou diferente pode revelar novos domínios de vantagens e oportunidades, assim como de
- (A) desafios e coragem.
 - (B) forças e confrontos.
 - (C) oceano azul e oceano vermelho.
 - (D) fraquezas e ameaças.
 - (E) complexidade e flexibilidade.

67. O cubo da mudança que Henry Mintzberg idealizou mostra duas importantes dimensões da mudança: a mudança a respeito da organização, e do estado em que ela está, e a mudança na estratégia, isto é, a direção para a qual uma organização está voltada.



Na dimensão estratégia, estão

- (A) as informações, a liderança, os procedimentos e os serviços.
 - (B) a estrutura, o banco de dados, o contexto e a tecnologia.
 - (C) a visão, as posições, os programas e os produtos.
 - (D) a força tarefa, a ação, os recursos e a cultura.
 - (E) os sistemas, os valores, os cenários e as decisões.
68. Pesquisas na área acadêmica apontaram a produtividade como produto de duas variáveis: Tecnologia (20%) e Desempenho humano (80%); e que o desempenho humano por sua vez, é conseguido por meio das variáveis: Conhecimento (30%) e Motivação (70%). Na área de Gestão de Pessoas, o caminho ideal para atingir índice de ideias de desempenho humano e, por consequência, de produtividade inicia-se pela implementação de
- (A) motivações forçadas e estrutura rígida.
 - (B) hierarquia flexível e promoções pessoais.
 - (C) confrontos e punições.
 - (D) treinamento e meritocracia.
 - (E) ações e políticas.
69. A estrutura conceitual do papel de RH, conforme Ulrich, faz parte de um processo que pode ser entendido como de serviço estratégico, serviços de consultoria e de desenvolvimento ou serviços de ordem executiva e administrativos. A moldagem do ambiente de trabalho é parte de um dos quatro papéis que os profissionais de RH devem exercer
- (A) na contratação e desenvolvimento de pessoal.
 - (B) no plano de desenvolvimento da organização.
 - (C) no planejamento estratégico de pessoal.
 - (D) na administração de políticas e em programas de pessoal.
 - (E) na administração de práticas de pessoal.



70. Os profissionais de RH trabalham como especialistas administrativos em dois níveis. No primeiro, podem ajudar uma organização a rever seus processos essenciais. No segundo, podem atuar ativamente nas equipes de melhoria visando a alcançar
- (A) performance e eficácia.
 - (B) consenso e eficiência.
 - (C) premissas e modelos.
 - (D) eficiência e eficácia.
 - (E) premissas e modelagem.
-
71. Fazer o planejamento e a previsão da força de trabalho para determinar as vagas a serem preenchidas é uma das etapas do processo de
- (A) treinamento.
 - (B) seleção e recrutamento.
 - (C) registro de pessoal.
 - (D) avaliação de desempenho.
 - (E) análise do clima organizacional.
-
72. Ao se dispor a trabalhar a questão motivacional como alavanca mestre para atingir os seus objetivos, a Gestão de Pessoas deve, inicialmente, certificar-se da existência de três premissas no âmbito organizacional. São elas: credibilidade, sintonia e
- (A) respeito.
 - (B) auto-estima.
 - (C) fatores higiênicos.
 - (D) proteção e segurança.
 - (E) necessidades físicas.
-
73. As instâncias trabalhistas formam um conjunto hierárquico que se inicia nas Varas do Trabalho, as quais recebem em primeira instância as reclamações trabalhistas individuais, as demais instâncias estão nos níveis estadual e federal. No nível estadual a instância é o
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Supremo Tribunal Municipal.
 - (C) Tribunal Regional do Trabalho.
 - (D) Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) Tribunal de Grandes Causas.
-
74. Um diagnóstico organizacional completo demanda os quatro passos identificados de I a IV. Os profissionais de Recursos Humanos que são parceiros estratégicos garantem as ações daqueles profissionais que trabalham com seus clientes e os gerentes de linha.
- I. Fixar prioridades.
 - II. Definir uma arquitetura organizacional.
 - III. Fornecer liderança para o aprimoramento de práticas.
 - IV. Criar um processo de avaliação.
- Para o diagnóstico organizacional, a ordem correta dos passos a serem seguidos é
- (A) II, IV, III e I.
 - (B) I, III, IV e II.
 - (C) III, IV, II e I.
 - (D) IV, III, I e II.
 - (E) I, II, III e IV.



75. A mudança acontece, sempre aconteceu e acontecerá. Ela está hoje acontecendo mais depressa do que nunca. Para ajudar as organizações a reagir às iniciativas de mudança, processos de mudança e mudanças de cultura, os gerentes de linha e os profissionais de RH precisam dominar tanto a teoria quanto a prática desses processos. Como campeões de mudança, os gerentes de linha devem se responsabilizar pela realização de quatro metas que são:
1. Ajustar a cultura interna à desejada identidade de mercado.
 2. Compreender o processo para a criação de uma mentalidade comum.
 3. Possuir um modelo de mudança que seja utilizado em toda a empresa.
 4. Manter a pressão sobre a empresa para que esta reaja à mudança.

Em relação à 4ª meta, isso deve ocorrer mesmo em meio a

- (A) transformações acionárias.
- (B) alterações do comando maior.
- (C) criação de novas estratégias.
- (D) revisão das operações no mercado.
- (E) opção de novas tecnologias.

76. Considere as afirmativas abaixo:

- I. Os Municípios têm o poder de autogoverno, representado pela estruturação do poder executivo, legislativo e judiciário no âmbito municipal.
- II. Os Municípios têm o poder de auto-organização, fundados nos princípios constitucionais da Federação e do estado, representado pela lei orgânica.
- III. Os Municípios têm competências legislativas e não legislativas próprias, possuindo poderes de autoadministração e autolegislação.

Ao identificar as competências do Município perante a organização do Estado brasileiro e da Administração Pública, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

77. Ao relacionar os diversos modelos teóricos de Administração Pública é correto afirmar:

- (A) Os modelos, em seu desenvolvimento, culminam no gerencial, sem que suas formas antecessoras deixem de existir inteiramente.
- (B) O modelo gerencial pressupõe o foco central no controle, formalização de processos e no empenho periférico em resultados.
- (C) O modelo burocrático supera o patrimonial em uma época em que o enfoque neoliberal pressupõe o fortalecimento do Estado perante a coisa privada.
- (D) As maiores diferenças entre o modelo gerencial e o burocrático na administração pública estão relacionadas ao profissionalismo e à impessoalidade.
- (E) O modelo patrimonialista ressalta o poder da administração pública na gestão de seus órgãos, tendo por finalidade o bem comum.

78. Em relação ao processo de modernização da Administração Pública, considere as afirmativas abaixo:

- I. Um dos vetores essenciais no processo de modernização foi o desenvolvimento da TI – Tecnologia da Informação –, aliado a tendências liberais que provocaram uma onda de relativo esvaziamento do aparelho do Estado.
- II. A busca da ampliação do bem-estar social, alterações no cenário geoeconômico e o privilégio da eficiência e eficácia na gestão são fatores que forjaram o surgimento da administração pública contemporânea.
- III. O fracasso de reformas previdenciárias em todo o mundo e os movimentos sociais para a redução de tributos foram decisivos para o surgimento de um perfil moderno da gestão pública.
- IV. As mudanças políticas em regimes socialistas, o crescimento da população europeia, fomentada por imigrantes do leste europeu e por asiáticos, e o surgimento da Terceira Via, como ideologia inspiradora, fortaleceram uma nova administração pública a partir da Europa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.



79. Sobre a Nova Gestão Pública e a identificação de seu *modus operandi*, considere as afirmativas abaixo:

- I. A profissionalização da administração, em qualquer esfera do Estado, com a aplicação de modelos de gestão estritamente na forma e no conteúdo, como os utilizados na esfera privada.
- II. Uma descentralização do Estado, com a passagem de funções, transferência de atividades e responsabilidades para outros níveis de governo, chegando até o âmbito municipal.
- III. O enfoque privilegiado nos processos organizacionais, superando o enfoque centrado em funções e departamentos.
- IV. O fortalecimento da visão empreendedora, explicada pelo necessário personalismo na condução de ações para obtenção de resultados.
- V. A parceria público-privada é desenvolvida com a descentralização de serviços públicos não essenciais para a sociedade civil organizada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, IV e V.

80. Considere as afirmativas:

- I. A *Accountability* horizontal requer a institucionalização de poderes para aplicação de sanções legais em atos verificados como nocivos à gestão pública.
- II. A *Accountability* relaciona-se ao princípio da publicidade.
- III. A Governança tem um sentido amplo, denotando articulação entre Estado e sociedade.
- IV. A Governabilidade denota um conjunto essencial de atributos de um governo a fim de executar sua gestão.
- V. Há relação direta e proporcional entre a percepção dos cidadãos na avaliação positiva de governantes agirem em função do interesse coletivo e a maior *accountability* do governo.

No âmbito da esfera pública, está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

81. O e-gov, enquanto uma modalidade de ação governamental, é

- (A) um instrumento exclusivo dos poderes executivos em qualquer esfera pública.
- (B) uma ferramenta de TI – Tecnologia de Informação – que tem como demanda central a troca de informações internas, no âmbito da administração pública.
- (C) uma ação governamental que permite acesso a qualquer cidadão e a troca de informações entre Estado e fornecedores.
- (D) um programa governamental que se materializa por meio de portais de acesso de órgãos do governo federal.
- (E) um instrumento de ação que auxilia a inclusão digital de cidadãos, sendo um programa de fomento exclusivo da indústria tecnológica e de modernização da educação.

82. Considere as afirmativas:

- I. A satisfação de clientes externos e internos, o envolvimento de todos os servidores, a constância de propósitos e a valorização dos servidores públicos são, entre outros, princípios de qualidade aplicados à administração pública direta e indireta.
- II. São instrumentos usuais na aplicação de um programa de qualidade na área pública: o desenvolvimento de um plano para obtenção de resultados em curto prazo, o estímulo à utilização de *benchmarking* junto a outras organizações, internas ou externas, e a aplicação do ciclo PDCA.
- III. Comparativamente ao setor privado, um dos fatores de sucesso de programas de qualidade no serviço público é a qualidade da gestão, ao invés do enfoque de gestão da qualidade utilizado no âmbito privado.
- IV. Uma demanda importante ainda não contemplada nos Programas de Qualidade da esfera Pública é a premiação de iniciativas e práticas focadas na administração direta e indireta.

Em relação à interpretação dos conceitos e da aplicação da Qualidade na Administração está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



83. Em relação à definição de tecnologias gerenciais e organizacionais e sua utilização na gestão pública, é correto afirmar:
- (A) O BSC – *Balanced Scorecard* é um instrumento que enfoca quatro dimensões, a financeira, a de clientes, de processos internos e de aprendizado e crescimento, sendo útil para o fortalecimento de planejamentos estratégicos.
 - (B) Para a construção da Qualidade Total, utilizam-se os modelos “as is” (como está) e “to be” (como será) para o diagnóstico de problemas e modelagem organizacional, respectivamente.
 - (C) O diagrama de causa e efeito de Ishikawa permite arquitetar o detalhamento de processos organizacionais.
 - (D) A ferramenta 5W2H é empregada especialmente como auxiliar em projetos de *Benchmarking*.
 - (E) O diagrama de Pareto estabelece que 30% de problemas em uma organização ou processos são mais relevantes que 70% de outras causas.

84. Considere os princípios e funcionamento do Controle da Administração Pública:
- I. O controle externo da administração tem por finalidade comprovar a probidade da administração e é exercido pelo legislativo e Tribunal de Contas.
 - II. No exercício dos Tribunais de Contas, são avaliados, entre outros, a obediência da gestão em relação às políticas públicas, o cumprimento de princípios constitucionais e da administração pública e o cumprimento de metas orçamentárias.
 - III. O controle técnico exercido em Tribunais de Contas vincula-se aos atos administrativos que geram despesas ou receitas, enfocando sua legalidade, finalidade, eficiência, legitimidade, economicidade e efetividade.
 - IV. A extensão do controle da administração dá-se quando este ocorre previamente, concomitantemente ou subsequentemente ao ato administrativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e III.
85. Considere as afirmativas abaixo:
- I. Um servidor poderá criticar autoridades públicas constituídas, desde que o faça em trabalhos assinados, mesmo que divulgados em qualquer mídia requerendo embasamento teórico-técnico e possuam criticidade construtiva.
 - II. É facultado a servidores públicos manifestações de apreço ou desapeço em seu local de trabalho, como subscrever lista de donativos, caso isto ocorra por questões de saúde ou de carência econômica de pessoal interno.
 - III. Um servidor é passível de destituição de sua função ao praticar ato de benevolência ou negligência para com superiores ou colegas que contribuirão para a falta de apreciação de infração cometidas por estes.
 - IV. Na ausência de um Código de Ética de servidores, o estatuto do funcionalismo serve como parâmetro de conduta para o exercício cotidiano profissional.

No exercício da função pública de um servidor do Estado do Paraná, interpreta-se como correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 86 a 88.

A distribuição dos salários dos 1000 funcionários da companhia A, em número de salários mínimos, está apresentada na tabela abaixo:

Faixa salarial (em número de salários mínimos)		Frequência Absoluta
1	— 3	200
3	— 5	400
5	— 7	200
7	— 9	200

86. A distância interquartil desses salários, definida por $Q_3 - Q_1$, onde Q_3 e Q_1 são, respectivamente, os quartis de ordem 3 e 1, calculados pelo método da interpolação linear, em número de salários mínimos, é
- (A) 2,75.
 - (B) 3,00.
 - (C) 3,25.
 - (D) 3,50.
 - (E) 4,00.



87. A média dos salários, calculada supondo-se que todos os valores dentro de uma faixa salarial tenham seus valores iguais ao ponto médio desta faixa, em número de salários mínimos, é igual a
- (A) 4,2.
 - (B) 4,5.
 - (C) 4,6.
 - (D) 4,8.
 - (E) 5,0.
-
88. O valor de X -md, em número de salários mínimos, é
- (A) 4,00.
 - (B) 3,25.
 - (C) 3,50.
 - (D) 3,75.
 - (E) 3,00.
- Dados:
md = Mediana dos salários calculada pelo método da interpolação linear;
 X = Valor que separa os 15% salários mais altos, calculado pelo método da interpolação linear.
-
89. Uma urna contém 3 bolas brancas, 4 pretas e 3 amarelas. Desta urna, três bolas são selecionadas ao acaso e com reposição. A probabilidade de que, entre as 3 selecionadas, no máximo duas sejam pretas é
- (A) 0,976.
 - (B) 0,936.
 - (C) 0,875.
 - (D) 0,784.
 - (E) 0,652.
-
90. Em uma fábrica existem 3 máquinas A, B e C que produzem diariamente 10.000 peças. Sabe-se que A, B e C produzem, respectivamente, 2000, 5000 e 3000 peças. Da produção de A, B e C, respectivamente, 5%,10% e 20% são defeituosas. Seleciona-se uma peça ao acaso e verifica-se que é defeituosa. A probabilidade dela ser proveniente da máquina C é
- (A) 0,2.
 - (B) 0,25.
 - (C) 0,30.
 - (D) 0,40.
 - (E) 0,50.
-
91. O mercado
- (A) de capitais é o mercado no qual são negociados títulos de curto prazo.
 - (B) financeiro é o mercado no qual são negociados títulos de longo prazo e ações.
 - (C) secundário é o mercado no qual acontece a primeira negociação de um título financeiro, seja ele privado ou público.
 - (D) de balcão é um dos tipos possíveis de mercado secundário.
 - (E) de bolsa de valores é o mercado primário no qual as companhias vendem suas ações diretamente ao público.
-
92. A Cia. B fabrica o produto X, cujos custos fixos anuais com a fabricação montam a R\$ 540.000,00. A margem de contribuição unitária do produto X é R\$ 300,00. O grau de alavancagem operacional quando a companhia fabrica 2.800 unidades do produto X por ano e pretende aumentar em 20% a produção é igual a
- (A) 2,5.
 - (B) 2,6.
 - (C) 2,8.
 - (D) 2,9.
 - (E) 3,0.



93. Sobre alavancagem financeira, considere:

- I. Quanto maior o grau de alavancagem financeira de uma companhia, o investidor estará exposto a um maior risco diversificável na aquisição de suas ações.
- II. Uma empresa que financie um projeto de investimento que renderá 20% ao ano por meio do lançamento de debêntures no mercado de capitais cuja remuneração será de 15% ao ano, aumentará seu lucro por ação anualmente caso o retorno do projeto se confirme.
- III. Quando a taxa de juros para se obter empréstimos no mercado de capitais é maior que a taxa de retorno que a companhia obtém sobre seus ativos, ela deve optar por utilizar mais capital de terceiros em sua estrutura de capital.
- IV. O efeito da alavancagem financeira sobre o lucro de uma companhia independe da taxa de retorno que ela obtém sobre o total de seus ativos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

94. Dados, em R\$, da Cia. Comercial ABC, relativos ao exercício encerrado em 31-12-2010:

Estoque inicial de mercadorias em 01-01-2010	160.000,00
Compras em 2010	730.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas no exercício de 2010	700.000,00
Receita Líquida de Vendas em 2010	1.600.000,00
Despesas operacionais em 2010	440.000,00
Estoque final de mercadorias em 31-12-2010	190.000,00

O índice de rotação de estoques da companhia foi, em 2010, igual a

- (A) 5,0.
- (B) 4,5.
- (C) 5,5.
- (D) 5,2.
- (E) 4,0.

95. Ao ser efetuada a análise vertical e por quocientes do Balanço Patrimonial da Cia. Topázio, encerrado em 31-12-2010, constatou-se que:

- I. O valor do Passivo Circulante correspondeu a 25% do total dos ativos da companhia.
- II. O índice de liquidez corrente foi igual a 2 (dois).
- III. A diferença entre o valor do Ativo Não Circulante e o do Passivo Não Circulante foi igual a 20% do total de ativos da companhia.

O índice de endividamento da companhia, definido como o quociente entre o total do Passivo e o total de ativos da companhia foi:

- (A) 40%.
- (B) 55%.
- (C) 50%.
- (D) 60%.
- (E) 45%.



96. Um levantamento realizado em uma empresa revelou que 75% do total de empregados ganham um salário maior ou igual a R\$ 2.000,00. As mulheres representam 45% dos empregados da empresa e 70% delas ganham um salário maior ou igual a R\$ 2.000,00. A porcentagem de homens, entre os empregados que ganham um salário inferior a R\$ 2.000,00, é
- (A) 42%.
(B) 44%.
(C) 46%.
(D) 48%.
(E) 50%.
-
97. Um capital no valor de R\$ 18.000,00 é aplicado durante 8 meses a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações é igual a
- (A) R\$ 4.012,30.
(B) R\$ 4.026,40.
(C) R\$ 4.176,00.
(D) R\$ 4.226,40.
(E) R\$ 5.417,10.
-
98. Um título de valor nominal igual a R\$ 25.200,00 é descontado 75 dias antes de seu vencimento e seu valor atual é igual a R\$ 24.444,00. Sabe-se que a operação foi a de desconto comercial simples e utilizou-se a convenção do mês comercial. A taxa anual de desconto desta operação foi de
- (A) 14,4%.
(B) 15,6%.
(C) 16,8%.
(D) 18,0%.
(E) 19,2%.
-
99. Uma dívida referente a um empréstimo deve ser liquidada por meio de duas prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação um mês após a data da contratação da dívida. O valor da primeira prestação é igual a R\$ 10.455,00 e o da segunda é R\$ 10.924,20. Utilizando o critério do desconto racional composto a uma taxa de juros de 2% ao mês, tem-se que o valor presente da dívida, isto é, na data da sua contratação, é igual a
- (A) R\$ 21.588,30.
(B) R\$ 21.376,65.
(C) R\$ 21.165,00.
(D) R\$ 20.960,00.
(E) R\$ 20.750,00.

100. A taxa interna de retorno (TIR) anual do projeto representado pelo fluxo de caixa abaixo é igual a 8%.

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)
0	-38.500,00
1	X
2	2X

O valor de X é igual a

- (A) R\$ 13.500,00.
(B) R\$ 14.580,00.
(C) R\$ 14.904,00.
(D) R\$ 15.746,40.
(E) R\$ 16.096,00.